Medida liminar para exclusão judicial de conteúdos digitais: novas perspectivas com o advento do marco civil da internet

Liminary remedy for judicial exclusion of digital content: new perspectives with the advent of the internet civil mar

DOI: 10.46814/lajdv3n2-014

Recebimento dos originais: 23/12/2020

Aceitação para publicação: 26/02/2021

Camila Fenalti Salla

Pós-Graduada em Direito Constitucional e em Direito Civil. Universidade Federal de Santa Maria. Av. Roraima, nº 1000, Cidade Universitária, Bairro Camobi, CEP 97105-900, Santa Maria – RS.
E-mail: sallacamila@gmail.com

Mariana Fenalti Salla

Pós-Graduada em Direito Civil e em Direito Constitucional. Universidade Federal de Santa Maria. Av. Roraima, nº 1000, Cidade Universitária, Bairro Camobi, CEP 97105-900, Santa Maria – RS.
E-mail: sallamariana@gmail.com

Rafael Santos de Oliveira

Doutor em Direito. Universidade Federal de Santa Maria. Av. Roraima, nº 1000, Cidade Universitária, Bairro Camobi, CEP 97105-900, Santa Maria – RS.
E-mail: advrso@gmail.com

Isadora Scherer Simões

Graduada em Direito. Universidade Federal de Santa Maria. Av. Roraima, nº 1000, Cidade Universitária, Bairro Camobi, CEP 97105-900, Santa Maria – RS.
E-mail: scherersimoes.isadora@gmail.com

Miliane dos Santos Fantonelli

Mestranda no Programa de Pós-Graduação na Universidade Federal de Santa Catarina. Graduada em Direito. Universidade Federal de Santa Catarina. Rua Eng. Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, s/n, Bairro Trindade, CEP 88040-900, Florianópolis – SC.
E-mail: milianefantonelli@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar de que modo vinha sendo aplicada pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul a antecipação de tutela para fins de exclusão de conteúdos virtuais em *blogs* e comparar tal situação com a nova medida liminar prevista no Marco Civil da Internet, investigando-se possíveis novos impactos aos julgados. O método de abordagem utilizado foi o dedutivo; o método de procedimento, o comparativo e as técnicas de pesquisa, a bibliográfica e a documental. Como resultado da pesquisa, mediante a comparação entre a forma como vinham sendo deferidas as antecipações de tutela para exclusão de conteúdos de *blogs* no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e a nova medida liminar prevista no Marco Civil da Internet, identificou-se que as decisões precisarão ir além dos requisitos que vinham considerando para sopesar também a importância daquele conteúdo para a coletividade.

Palavras-chave: Marco Civil da Internet; Antecipação de tutela; Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to analyze how the Court of Appeals of Rio Grande do Sul has been applying the preliminary injunction for the exclusion of virtual content on blogs and to compare this situation with the new preliminary injunction provided for in the Marco Civil da Internet, investigating possible new impacts on the decisions. The method of approach used was deductive, the method of procedure was comparative, and the research techniques were bibliographical and documental. As a result of the research, through the comparison between the way the preliminary injunctions for exclusion of blog content were being granted in the Court of Rio Grande do Sul and the new preliminary injunction provided for in the Marco Civil da Internet, it was identified that the decisions will need to go beyond the requirements that had been considered to also consider the importance of that content for the community.

Keywords: Marco Civil da Internet; Preliminary injunction; Court of Justice of Rio Grande do Sul.

1 INTRODUÇÃO

O advento da Internet e sua popularização ao longo dos anos representou uma grande ruptura à estrutura até então existente de monopolização dos recursos midiáticos. A mídia tradicional teve e ainda tem como características “a sua unidirecionalidade e produção centralizada, integrada e padronizada de seus conteúdos” (LIMA, 2011, p. 152), ao passo que, as novas mídias apresentam uma estrutura muito mais horizontalizada, em que a informação pode se originar de diversos focos e atingir uma amplitude de receptores não dimensionável.

Desse modo, consoante Lemos e Levy (2010), a existência de um meio de comunicação acessível, de fácil utilização e gratuito oportuniza ao cidadão comum o exercício de uma função pós-midiática, em que ele deixa de ser um mero receptor passivo de informações, para exercer também o papel de coleta, formatação e divulgação de informações. Esse contexto acarretou amplo aumento no exercício das liberdades de informação, expressão e comunicação.

Todavia, em meio à crescente utilização da Internet como um ambiente de livre expressão, alguns Internautas extrapolam os limites de sua liberdade e manifestam-se de forma que determinados usuários se sintam lesados em seus direitos de personalidade. Desse modo, frequentemente, “a crítica pode ultrapassar os limites justos. (...) é evidente que uma opinião pode agredir bens fundamentais. Entre eles, o alvo preferido costuma ser a honra, mais em concreto no seu aspecto de decoro e respeitabilidade.” (PEREIRA, 2002, p. 236).

Nesse sentido, destacam os constitucionalistas Gilmar Ferreira Mendes, Inocêncio Mártires Coelho e Paulo Gustavo Gonet Branco (2009, p. 404) que “A proibição de censura não obsta, porém, a que o indivíduo assuma as consequências, não só cíveis, como igualmente penais, do que expressou.”

Em decorrência da responsabilidade jurídica existente por parte daqueles que proferem as informações, muitos dos que se sentem lesados por manifestações virtuais buscam o Judiciário para tutelar seus direitos.

A procura pela Justiça para a composição de litígios provenientes do mundo virtual têm se tornado cada vez mais frequente, dando origem ao fenômeno da judicialização da Internet. Ao buscar Judiciário, além da condenação em indenização pecuniária, é recorrente o pedido de exclusão do conteúdo veiculado na Internet que estaria ofendendo a honra do autor. Desse modo, muitos autores pedem que os efeitos da decisão de exclusão da informação virtual sejam antecipados em sede de liminar.

Em meio ao crescente número de pedidos de exclusão de páginas virtuais, surge o temor de que se instaure uma excessiva censura judiciária, retirando da Internet uma de suas principais características - a ampla liberdade de expressão. Frente a essas e tantas outras questões preocupantes relativas à Internet, foi aprovado e sancionado em abril de 2014 seu Marco Civil regulatório, o qual busca estabelecer princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, disciplinando também a medida liminar para exclusão de conteúdos virtuais. Destarte, o presente trabalho se justifica pelo importante papel social que tem sido desenvolvido pela Internet ao ampliar a liberdade de expressão e comunicação e o temor de que essas mudanças sejam limitadas pelo avanço em uma desmedida censura judiciária.

2 OBJETIVOS

O presente trabalho objetiva analisar de que modo vinha sendo aplicada pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul a antecipação de tutela para fins de exclusão de conteúdos virtuais em *blogs* e comparar tal situação com a nova medida liminar prevista no Marco Civil da Internet, investigando-se possíveis impactos que a nova lei trará aos próximos julgados.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho realizou-se através do método de abordagem dedutivo, partindo-se de um estudo acerca da sociedade em rede e da ampliação da liberdade de expressão através da Internet para, somente posteriormente, analisar a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e estudar o Marco Civil da Internet. O método de procedimento adotado foi o comparativo e as técnicas de pesquisa utilizadas foram a bibliográfica, bem como a documental, através da análise da jurisprudência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. A pesquisa jurisprudencial efetuou-se com a indicação do termo “blog” no campo de busca, limitando-se aos julgados até a data de 05 de agosto de 2013.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o incremento no número de usuários da Web ao longo dos anos, é natural que ocorra também o acréscimo na quantidade de lides jurídicas na esfera virtual. Um dos principais problemas jurídicos decorrentes do uso da Internet é a discussão acerca do excesso, ou não, no uso da liberdade de expressão e o conflito desta com os direitos de personalidade.

Nesse sentido, “os instrumentos de comunicação e da difusão de informações suscitam problemas novos e diversos para os aspectos essenciais e constitutivos da personalidade jurídica (integridade física, moral e intelectual) exigindo do direito respostas jurídicas adequadas à proteção da pessoa humana.” (AMARAL, 2008, p. 284). Exatamente em busca de uma resposta jurídica mais adequada, surgiram demandas no judiciário em que lesado buscava, não só a indenização pecuniária, mas também a exclusão, em sede liminar, do conteúdo virtual que o ofendera.

Em pesquisa realizada no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul com a inclusão do termo “blog”, foram encontrados 59 julgados até o dia 05 de agosto de 2013. Dentre estes, 19 julgados eram de agravos de instrumento em que o autor pedia a exclusão de conteúdo virtual em sede de medida liminar. Em 2007, o primeiro ano em que uma demanda assim chegou ao tribunal, o único agravo nesse sentido não foi deferido, o primeiro deferimento de tal medida ocorreu apenas em 2010. Os pedidos de antecipação de tutela para exclusão de conteúdos cresceram vertiginosamente e, em 2012, o Tribunal julgou 10 agravos nesse sentido, tendo sido deferidos 7 pedidos.

Em tais lides, o agravante pedia a exclusão da publicação com base na antecipação de tutela, à época prevista no artigo 273 do Código de Processo Civil de 1973. Essas medidas “como qualquer antecipação de sentença satisfativa, realizam, quer dizer, antecipadamente satisfazem, essa parcela de efeitos do ato jurisdicional final.” (SILVA, 2003, p. 136) Para o deferimento da tutela antecipatória, a legislação processual de 1973 exigia que houvesse prova inequívoca que convença da verossimilhança da alegação e fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação ou que fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu. Da análise dos julgados selecionados, constata-se que a totalidade dos pedidos ampara-se no receio de dano irreparável e que, para o deferimento da medida, na grande maioria dos julgados, a turma verifica apenas se estão presentes, ou não, os requisitos exigidos na lei. Apenas em uma minoria os julgadores sopesaram as consequências sociais que uma desmedida censura judicial prévia poderia acarretar.

Diante de decisões que determinam a indisponibilização de conteúdos virtuais, muitos têm manifestado o temor de que o crescimento nessas decisões leve a uma censura judiciária, exemplo é o Centro Knight, o qual criou uma página na Web com uma linha do tempo intitulada “Censura Togada no Brasil”, na qual reúne “episódios em que a própria justiça se tornou instrumento de censura para jornalistas e blogueiros a partir de janeiro de 2012.” (CENTRO KNIGHT, 2012).

Com a aprovação do Marco Civil da Internet, entrou em vigor o seguinte dispositivo legal, o qual é aplicado aos casos de exclusão antecipada de conteúdos virtuais:

“§ 4º O juiz, inclusive no procedimento previsto no § 3º, poderá antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, existindo prova inequívoca do fato e **considerado o interesse da coletividade na disponibilização do conteúdo na internet**, desde que presentes os requisitos de verossimilhança da alegação do autor e de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.” (BRASIL, 2014) (grifei)

Analisando-se o parágrafo transcrito, verifica-se que a nova medida liminar do Marco Civil exige que o juiz, antes de decidir pela exclusão de uma publicação virtual, considere não só os requisitos da antecipação de tutela, mas também o interesse da social na disponibilização daquele conteúdo. Constata-se, assim, que houve uma mudança de paradigma em relação ao que vinha sendo aplicado pela jurisprudência, dando-se maior relevância ao papel social desenvolvido pelas novas tecnologias.

5 CONCLUSÃO

Assim, mediante a comparação entre a forma como vinham sendo deferidas as antecipações de tutela para exclusão de conteúdos de *blogs* no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e a nova medida liminar prevista no Marco Civil da Internet, constata-se que a alteração legislativa provavelmente acarretará uma mudança jurisprudencial. Isso porque as decisões precisarão ir além dos requisitos que vinham considerando para sopesar também a importância daquele conteúdo para a coletividade.

Desse modo, a inovação legislativa não ignora o importante papel que as novas tecnologias têm desenvolvido na sociedade, viabilizando que todo cidadão seja um difusor de informações, tornando-se a Internet um dos principais meios de comunicação atuais. Diferentemente da maioria dos litígios judiciais, os efeitos das decisões que versam sobre exclusão de conteúdos virtuais não se limitam somente às partes, pois cada publicação que não seja disponibilizada representa uma diminuição do acesso à informação pela coletividade. Destarte, a mudança legislativa representa um importante passo para evitar a desmedida censura judicial da Internet por muitos temida.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Francisco. **Direito Civil**: introdução. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

BRASIL. Lei n. 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 abr. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm>. Acesso em: 29 mai. 2014.

CENTRO KNIGHT, 2012. Disponível em: <http://embed.verite.co/timeline/?source=0Aj1s63s5la8idEFPc2lwZGdGcXoxNWFCZINHTGRwWwWc&font=Bevan-PotanoSans&maptype=toner&lang=pt-br&hash_bookmark=true&height=650#0> Acesso em: 30 mai. 2014

LE MOS, André. LEVY, Pierre. **O futuro da internet**: em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010.

LIMA, Venício Artur de. 2011. **Regulação das comunicações**: história, poder e direitos. São Paulo: Paulus, 2011.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2009.

PEREIRA, Guilherme Döring Cunha. **Liberdade e responsabilidade dos meios de comunicação**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

SILVA, Ovídio Araújo Baptista da. Curso de Processo Civil, v.1. Porto Alegre: Revista dos Tribunais, 2003.